



UNICEPLAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC

Curso de Direito

Trabalho de Conclusão de Curso

A (in)constitucionalidade do artigo 385 do Código de Processo Penal em face do devido processo legal

Gama - DF
2024

HECTOR PEREIRA TORRES

A (in)constitucionalidade do artigo 385 do Código de Processo Penal em face do devido processo legal

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Direito do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador: Prof. Me. Sérgio Murillo Miranda Coelho

Gama - DF
2024

HECTOR PEREIRA TORRES

A (in)constitucionalidade do artigo 385 do Código de Processo Penal em face do devido processo legal

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Direito do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Gama-DF, 08 de novembro de 2024.

Banca Examinadora

Prof. Me. Sérgio Murillo Miranda Coelho
Orientador

Prof. Dr. Luis Felipe Perdigão de Castro
Examinador

Profa. Me. Andrea de Araújo Costa
Examinadora

A (in)constitucionalidade do artigo 385 do Código de Processo Penal em face do devido processo legal

HECTOR PEREIRA TORRES¹

Resumo:

O presente artigo científico tem por escopo analisar à luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 se o artigo 385 do Código de Processo Penal foi recepcionado pelo constituinte originário, bem como aferir as consequências jurídicas e sociais da (in)constitucionalidade do respectivo artigo. O objetivo será alcançado por meio de estudos com base na lei, doutrina e jurisprudência, especificamente do Supremo Tribunal Federal, bem como do Superior Tribunal de Justiça e a (in)aplicabilidade do respectivo dispositivo face ao devido processo legal, bem como de outros artigos do código de processo penal e da declaração universal dos direitos do homem.

Palavras-chave: (in)constitucionalidade; artigo 385; processo penal; devido processo legal.

Abstract: The purpose of this scientific article is to analyze, in light of the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988, whether article 385 of the Code of Criminal Procedure was received by the original constituent, as well as to assess the legal and social consequences of the (un)constitutionality of the respective article. . The objective will be achieved through studies based on law, doctrine and jurisprudence, specifically from the Federal Supreme Court, as well as the Superior Court of Justice and the (in)applicability of the respective provision in the face of due legal process, as well as other articles of the Criminal Procedure Code and the Universal Declaration of Human Rights.

Keywords: (un)constitutionality; article 385; criminal procedure; due process.

¹ Graduando do Curso de Direito, do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. E-mail: Hector.pereira1937@gmail.com.